



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 017ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 1984
(Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Tadeu França.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Emendas:

PROPOSTA DE EMENDA Nº 94/84
À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo único:

O Art. 72 da Constituição Estadual, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 72 — ...

§ — O funcionário que desejar, poderá requerer que a licença especial de que trata este artigo, seja concedida desdobrando-se em parte pecuniária, desde que esta não ultrapasse a metade do período a que tiver direito, a qual deverá ser paga integralmente ao funcionário, desde que o mesmo venha a gozar o período restante”.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

Apoiamento: NELSON VASCONCELLOS, ROBERTO REQUIÃO, NESTOR BAPTISTA, PÉRICLES PACHECO, EZEQUIAS LOSSO, MÁRIO PEREIRA, ERVIN BONKOSKI, ADHAIL SPRENGER PASSOS, ANIBAL KHURY, HOMERO OGUIDO, AMÉLIA HRUSCHKA, OSVALDO ALENCAR FURTADO,

CAÍTO QUINTANA, MÁRCIO ALMEIDA, FUAD NACLI, ERONDY SILVÉRIO, TADEU FRANÇA, SABINO CAMPOS, GERNOTE KIRINUS e AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Tendo consagrado o melhor de suas atividades ao serviço do Estado, compreende-se, de acordo com um conhecido princípio de economia de trabalho, que o funcionário tenha direito a um período de descanso maior ou menor, imposto ou requerido, ou mesmo definitivo.

O homem tem uma dignidade e uma hierarquia como pessoa humana, que é mister conservar e melhorar em prol de sua saúde moral e física. Não é difícil, pois, entender o interesse que o próprio Estado tem no descanso de seus servidores, visto que os mesmos, após restauradas as energias dispensadas, melhor poderão dedicar-se novamente e com maior rendimento, às funções que lhe são peculiares.

Deste modo, tem o funcionário público assegurado pela Constituição Estadual, em seu Art. 72, “caput”, o direito ao repouso, após o exercício, durante dez anos consecutivos, de suas funções. Como se pode verificar pela análise do disposto legal, constitui uma vantagem para o funcionário, que terá a possibilidade de gozar de melhor saúde, descansando durante seis meses do trabalho esgotante que desenvolveu ao longo de um decênio; porém, não deixa de ser uma vantagem para o Estado, pois que contará com pessoal em excepcionais condições de produtividade.

A licença-prêmio, ou licença especial, como é denominada na Constituição Estadual, constitui-se em uma vantagem necessária, embora tenha também, inegavelmente, o caráter de recompensa pelos serviços prestados, pois que o funcionário que assim desejar, e segundo o disposto no art. 72, parágrafo único da lei máxima estadual, pode o funcionário preferir a contagem do período em dobro para efeito de aposentadoria.

Originariamente, a licença-prêmio não fora constituída como vantagem pecuniária, mas como uma concessão administrativa para afastamento do serviço, sem prejuízo dos vencimentos e demais acréscimos, a que tinha direito o funcionário. Essa licença tinha fins exclusivamente de descanso, a fim de possibilitar a restauração do presumível desgaste, físico e psíquico, que o trabalho num expediente repetido e prolongado acarreta ao servidor.

Nada impede, contudo, que esta vantagem seja auferida, pelo menos em parte, pelo funcionário, sob a forma de pecúnia.

Ela teria, neste aspecto, o condão de dar a esse funcionário, mormente àquele que recebe pouco acima do salário mínimo, condições de fazer frente aos seus compromissos e oferecendo, ao mesmo tempo, um alívio em seus encargos. Isso daria, em consequência, a tranquilidade almejada pelo Estado, e também pelo servidor, para gozar a sua licença-prêmio.

Esse instituto da licença-prêmio, convertido em pecúnia, não é uma inovação, visto que já foi implantado no Estado de São Paulo e, segundo o que se pode constatar, trouxe reais benefícios à laboriosa classe dos servidores do vizinho Estado.

O Estado, ao atender este critério, estaria de certa forma, premiando os seus funcionários e resolvendo suas inúmeras dificuldades de ordem econômica, que aparecem face à crise inflacionária que vivemos atualmente. É certo que algumas vozes já levantaram contra isso; é o caso do

Prof. HELY LOPES MEIRELLES, famoso administrativista brasileiro, que acha essa conversão em pecúnia um desvirtuamento dos fins higiênicos que são visados pela vantagem. Porém, dentro dos pontos de vista adotados por esta tese, haveria a conciliação entre a finalidade higiênica da licença e os que o Poder Público concederia ao servidor para gozá-la, já que o período seria remunerado apenas pela metade, restando a outra parte para o efetivo repouso, em clima de tranquilidade financeira.

Se, à primeira vista, possa parecer essa licença-prêmio conversível em dinheiro uma vantagem anômala, porque não se enquadraria nem na adicional de tempo de serviço, nem como adicional de função, ela teria o aspecto de uma gratificação pelo exercício do cargo no decurso do tempo, pois, sem abandonar a sua finalidade higiênica, passaria ela a ser um verdadeiro prêmio condicionado a certo tempo de serviço efetivo, e a determinadas condições de exercício do cargo — assiduidade e disciplina — pelo funcionário pretendente ao benefício. Transcorrido o tempo e satisfeitas as condições de trabalho exigidas pela lei, erige-se a licença-prêmio de servidor à percepção do montante equivalente aos vencimentos dos correspondentes ao período em que poderia ficar afastado do cargo.

Essa vantagem — incompatível com a disponibilidade e com a aposentadoria — porque nessas condições desaparecem os requisitos legais para o seu auferimento, ou seja, o exercício do cargo e a verificação das condições de assiduidade e de disciplina do funcionário, se constitui, assim, em matéria perfeitamente cabível dentro dos Estatutos, podendo ser ampliada, reduzida ou modificada nas suas condições de obtenção e pagamento, desde que se respeitem as condições individuais consumadas segundo as exigências de lei anterior.

Face ao exposto, concluímos que a adoção do instituto da licença-prêmio convertida em pecúnia conforme sugestão do jornalista Sílvio Sebastiani, a ser instituída através da Secretaria de Estado da Administração, por iniciativa do Ex.^{mo} Sr. Governador, conforme o disposto nos Arts. 25, § 1.^o e 47, inciso I, da Constituição do Estado do Paraná, virá atender plenamente à laboriosa classe dos funcionários públicos.

➤ PROPOSTA DE EMENDA Nº 95/84 À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Artigo único — Os artigos 29 e 30 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 29 — Nos casos do art. 22, excetuado o inciso XII, realizada a votação final, a resolução ou o decreto legislativo será promulgado pelo Presidente da Assembléia Legislativa, dentro de quarenta e oito horas; se este não o fizer, em igual prazo, fa-lo-á o 1.^o Vice-Presidente da Assembléia Legislativa”.

“Art. 30 — O projeto de lei que receber parecer contrário, quanto ao mérito, de todas as comissões a que for distribuído, será tido como rejeitado.

Parágrafo único — As matérias constantes de projeto de lei rejeitado ou não sancionado, assim como a constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderão constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, ressalvadas as proposições de iniciativa do Governador”.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(aa) TRAJANO BASTOS, NILSO SGUAREZI e

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamento: NELSON VASCONCELLOS, FUAD NACLI, MÁRIO PEREIRA, GERNOTE KIRINUS, RUBENS BUENO, CAÍTO QUINTANA, ERONDY SILVÉRIO,

NESTOR BAPTISTA, AUGUSTO CARNEIRO, EZEQUIAS LOSSO, PÉRICLES PACHECO, SABINO CAMPOS, ADHAIL SPRENGER PASSOS, HOMERO OGUIDO, MÁRCIO ALMEIDA, AMÉLIA HRUSCHKA e ANTÔNIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da presente emenda é bastante claro: retirar do corpo da Constituição matéria eminentemente regimental. Convém esclarecer que essa providência foi omitida no processo de adaptação da Carta Estadual à Carta Federal, quando da elaboração da Emenda n.^o 3, de 29 de maio de 1971, hoje em vigor.

Apreciar todos os projetos em três discussões, segundo exige o Art. 30 “caput”, da Constituição, que circunstancialmente podem ir à quarta discussão, constitui estéril formalismo. Mais do que isso, implica no retardo das liberações da Casa. Isso é tanto mais grave quanto se sabe que o atual ritmo de dinâmica administrativa não tolera o excesso de rituais dispensáveis. Aliás, de 19 Constituições estaduais compulsadas (Constituições Estaduais Sub-Edições Tec. do Senado Federal, 2 v.1975), apenas as do Paraná e do Piauí estabelecem a exigência das três discussões. Consigne-se também que a Carta Federal nada dispõe neste sentido. Tanto é verdade que o art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal e o art. 150 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados inscrevem regras sobre a matéria.

No tocante aos interstícios entre as deliberações e entre o anúncio da ordem do dia e a primeira discussão, previstos na Carta paranaense, nem mesmo a Carta do Piauí inscreveu preceito semelhante. O que demonstra se trata de matéria própria do regimento interno, segundo se verifica do contido no art. 165 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e no art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal.

Advirta-se finalmente que tais normas encontram-se inseridas no Regimento Interno desta Casa, ficando afastada a hipótese de “vacatio legis” entre a aprovação da presente proposta de Emenda e a revisão da nossa Lei Interna.

Tratando-se de providência no sentido técnico-legislativo tendente a aperfeiçoar a ação deste Poder, equiparando-o a todas as Casas legiferantes do País, a propositura há de contar com o unânime apoio dos ilustres Deputados.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência no sentido de indicar os Srs. Deputados da bancada do PDS que deverão integrar a Comissão Especial de Reforma à Constituição:

Titulares:

Deputado AUGUSTO CARNEIRO

Deputado EZEQUIAS LOSSO

Suplentes:

Deputado GILBERTO CARVALHO

Deputado ODENI MONGRUEL

Ao ensejo, reitero ao ilustre Presidente as expressões de minha estima e consideração.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja incluído na próxima Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 67/84 – Mensagem Governamental n.º 28/84, que em data de 22 de março de 1984 foi requerido regime de urgência, mensagem essa que dispõe de uma pensal mensal ao ex-funcionário JOÃO ROQUE DALLABONA.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja determinado o retorno do Projeto de Lei n.º 01/84, que trata da concessão de adicionais por tempo de serviço aos membros do Ministério Público do Estado, à Ordem do Dia, vez que, o referido plano de lei, que tramita nesta Casa em Regime de Urgência, foi retirado da Ordem do Dia, a fim de ser encaminhado à Comissão de Recursos Humanos, cujo Parecer seria dispensável dadas as características da matéria.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ex.^{mo} Sr. Governador, Dr. José Richa, apelo no sentido de que sejam determinados estudos sobre a viabilidade de aquisição por parte do Estado, de helicópteros e aviões destinados a equipar o Poder Público, nas tarefas de sua competência.

O pedido se justifica plenamente, haja vista que na última temporada de praia, em nosso Estado, com a colaboração do jornal "Gazeta do Povo", a Polícia Militar do Estado teve à sua disposição um helicóptero que tão bons serviços prestou no salvamento de vidas e atendimento de ocorrências em que se fizesse urgente a intervenção daquela briosa corporação.

As aeronaves cuja aquisição se pretende, uma vez racionalizado o seu uso, poderiam prestar serviços inestimáveis, mesmo a outros órgãos da administração estadual, no transporte de autoridades e atendimento a emergências, ou em situações de calamidade pública, a um custo bem menor que o cobrado por um contrato de arrendamento, que, além de proporcionar à empresa arrendante lucros bastante significativos, na maioria das vezes em que um dos intervenientes no contrato é o Poder Público envolve preços mais elevados e sujeitos a reajustes periódicos calculados sobre o valor das ORTNs.

Outro argumento de bastante peso a ser considerado é que ladrões e contrabandistas, que devem ser combatidos pelas forças policiais do Estado e do País, na maioria das vezes mal equipadas ou dotadas de equipamentos obsoletos, muitas vezes dispõem de aviões rápidos e equipamentos mais sofisticados que as forças da lei e da ordem.

Assim, a repressão ao contrabando e às quadrilhas que roubam, impunemente, caminhões, tratores, insumos agrícolas e outros bens bastante volumosos, muitas vezes deixa de ser viável pela impossibilidade de perseguição ou cerco rápido.

Por outro lado, dispondo o Governo do equipamento que ora sugerimos, nem mesmo a contratação de pilotos se faz necessário, pois o Estado já os tem entre seus funcionários, e a manutenção das aeronaves, sem muitas despesas, poderiam ser contratadas por intermédio de firmas especializadas.

Nestas condições, reputamos bastante oportuna a sugestão que ora apresentamos à consideração do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

APOIAMENTO: Gabriel Manoel, Leônidas Chaves,

Eduardo Baggio, Gilberto Carvalho, José Antônio Fonseca, Amélia Hruschka, Gernote Kirinus, Augusto Carneiro, Hermas Brandão, Edgard Pimentel, Artagão Mattos Leão, Edmar Luiz Costa, Sabino Campos, Antônio Belinati, Fuad Nacli, Nestor Baptista, Adhail Sprenger Passos, Nelson Vasconcellos, Ferrari Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Péricles Pacheco, Orlando Pessuti, Mário Pereira, Acir Mezzadri, Dirceu Manfrinato, Francisco Escorsin, Roberto Requião, Erondy Silvério, Trajano Bastos, Paulo Furiatti, Antônio Annibelli, Caíto Quintana, Osvaldo Alencar Furtado, Rubens Bueno, Ezequias Losso, Tércio Albuquerque, Tadeu Lúcio Machado, Nelson Buffara, Tadeu França e Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Ex.^{mo} Sr. Maurício Fruet, Prefeito de Curitiba, veemente apelo no sentido de que sejam envidados esforços no sentido de que se evite a extinção do estacionamento regulamentado nas ruas de Curitiba - ESTAR.

Este Deputado inclusive, reconhece que podem existir falhas na regulamentação e utilização dos cartões do ESTAR nas ruas de Curitiba, porém tais deficiências não deveriam servir de pretexto para sua extinção, mas sim, para que se mandasse constituir uma comissão destinada a aperfeiçoar o sistema, que tão bons serviços tem prestado à população curitibana.

É de ser ressaltado que, uma vez extinto o ESTAR, o cidadão que se dirigisse ao centro da cidade para atividades de curta duração, se veria à mercê dos estacionamentos particulares que cobram preços verdadeiramente extorsivos e que deveriam, estes sim, ser objeto de uma postura municipal bastante rígida.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

APOIAMENTO: Ervin Bonkoski, Nestor Baptista, Roberto

Requião, Osvaldo Alencar Furtado, Ezequias Losso, Luiz Alberto Oliveira, Adhail Sprenger Passos, Ivan Gubert, Erondy Silvério e Donato Gulin,

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário dos Transportes, solicitando esforços no sentido de ser construída ponte sobre o Rio Cantu, na estrada que liga Campina da Lagoa a Altamira.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em referência, ligando Altamira a Campina da Lagoa, serve atualmente de escoadouro de grande parcela da produção agrícola dos dois importantes municípios do Estado do Paraná, haja vista que os mesmos são municípios essencialmente agrícolas.

Acresça-se a necessidade de o Estado colaborar com esses municípios, principalmente o de Altamira, por ser o

mesmo município novíssimo e ainda sem recursos para suportar tais dispêndios se a ele couber a construção da mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente aos Ex.^{mos} Srs. Secretário do Interior e Presidente da COPEL, solicitando a instalação de um Plantão da COPEL no Distrito de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz, é um dos mais desenvolvidos do Estado do Paraná, tendo em sua produção agrícola a sua fonte de divisas, mas infelizmente carece de muitas necessidades, uma das quais é a urgente instalação do Plantão da COPEL, pois ali é constante a queda de energia, acrescida ao grande pedido de ligações, os quais têm que ser feito através de Barbosa Ferraz distante do distrito há mais de 20 km, o que causa sérios prejuízos aos usuários do mesmo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao Ex.^{mo} Sr. Luiz Felipe Hajj Mussi, DD. Secretário de Segurança Pública, solicitando a instalação de um módulo policial no Distrito de Corumbataí do Sul, Distrito de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Corumbataí do Sul, Distrito de Barbosa Ferraz, dista da sede do município aproximadamente 20 km, e pelo seu desenvolvimento necessita urgentemente que ali se instale um módulo policial para dar atendimento à segurança dos seus habitantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, o envio de expediente ao Ex.^{mo} Sr. Luiz Cordoni, DD. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a instalação de mini-postos de saúde nos Distritos de Paraíso do Sul, Tereza Breda, Corumbataí do Sul, Borbônia, Orilândia e Pocinho, todos no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A saúde é a suprema lei, daí a necessidade dela ser distribuída em todos os recantos de nosso Estado, principalmente nos distritos ora mencionados, visto que os mesmos são carentes, dado que a região é profundamente agrícola e seus trabalhadores na sua imensa maioria são bóias-frias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que sejam realizados os estudos devidos, visando avaliar a possibilidade de se destinar uma ambulância adequadamente equipada, bem como desenvolver a ampliação das instalações do posto de saúde localizado no Município de Mamborê.

Trata-se de atender reivindicações feitas pelo Ex.^{mo} Sr. Prefeito Municipal, IVO BRUNETTA e do Ex.^{mo} Sr. José Giacomelli, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Mamborê, onde estes afirmam ser oportuno tais pedidos, uma vez que viria dotar aquele município de uma melhoria no atendimento em termos de primeiros socorros e campanhas de caráter preventivo, no que tange ao setor de saúde.

Caracterizada seu desenvolvimento na agricultura e na pecuária, a região de Mamborê possui um grande contingente de homens, mulheres e até mesmo crianças, com atividade naquela área, e que são em sua maioria, incluídas na faixa de população de baixa renda. Logo, não tem (ou quase isto) condições de ter uma assistência médica, senão através de organismos de saúde pública.

Espera-se neste sentido, uma avaliação imediata dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, ante ao que ora é exposto, que possa resultar na concretização de tais pedidos, o que por certo, vem de encontro à realidade sócio-econômica de Mamborê.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado das Finanças, encarecendo o desenvolvimento de estudos visando avaliar a possibilidade de se efetuar a construção de um prédio para abrigar as instalações da Agência de Rendas na municipalidade de Juranda.

Torna-se necessário que esta Secretaria de Estado das Finanças avalie a possibilidade de se destinar recursos orçamentários para a concretização de um prédio para a Agência de Rendas, uma vez que isto viria a oferecer um atendimento mais condizente aos profissionais e contribuintes da área fazendária. Ademais, a Administração Municipal de Juranda não dispõe de recursos próprios para aquela edificação, por ter sido recentemente elevado à categoria de município, onde praticamente tudo se tem por fazer para a estruturação básica.

Em razão de tais motivos, espera-se por parte dessa Pasta, um estudo do que ora é solicitado, conforme reivindicação do Ex.^{mo} Sr. Diemes Amadei e do Ex.^{mo} Sr. Jair Grigatto, Vereador e também Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após

ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Ex.^{ma} Sra. Diretora Superintendente da FUNDEPAR Fundação Educacional do Paraná, através da Ex.^{ma} Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando a imediata destinação de materiais para o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, localizado na municipalidade de Goioerê.

De iniciativa do Ex.^{mo} Sr. Vereador Jacinto Tiziani Júnior, este afirma, conforme correspondência, existe grande insuficiência de carteiras, fazendo com que muitos estudantes sentem de dois em dois, ou fiquem até mesmo em pé. Segundo aquele integrante do Legislativo goioerense, goioerense, há casos em que são 60 alunos para cerca de 20 carteiras.

Tal situação vem provocando diversas reclamações por parte não apenas do estudantado, mas também do conjunto dos professores, funcionários e pais.

Em face dos motivos ora relatados, espera-se dessa Secretaria de Estado da Educação e FUNDEPAR, a adoção de medidas que permitam a eliminação dos problemas existentes naquele ginásio em Goioerê.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ex.^{mo} Sr. Secretário de Estado da Agricultura, no sentido de que seja autorizado a realização de estudos objetivando avaliar a possibilidade de se criar e instalar um escritório da COPASA — Companhia Paranaense de Silos e Armazéns, bem como uma unidade armazenadora, no Município de Campina da Lagoa.

Grande parte dos cem mil produtores rurais deste Estado, estão atualmente sem poder contar com silos de armazenagem mais acessíveis à formação de estoque dos produtos agrícolas, sendo que tais unidades existem, mas no entanto, estão em sua maioria, apenas disponíveis aos grandes proprietários de áreas neste setor, tendo como comprovação dessa conjuntura, a COPASA respondia em 1982 com apenas 19,7 por cento e as cooperativas por 80 por cento, sendo que as mesmas possuíam apenas 31,6 por cento de unidades de armazenamento e silagem.

É sabido que a produtividade não só deste Estado, mas de qualquer lugar, não depende somente do plantio (técnicas de preparo e conservação do solo e tratos culturais) e da colheita (tecnologia e época adequada), mas também a conservação dos produtos, provenientes da colheita.

Hoje a realidade agrícola aponta este problema a ser superado como forma de avançar no campo tecnológico e conseqüentemente, permitirá o aumento da produção.

Neste aspecto, como forma de se caminhar para a concretização destes objetivos, é preciso que sejam colocados em prática uma estrutura mais próxima do campo agrícola, tais como a criação de um escritório da COPASA, assim como um armazém na municipalidade de Campina da Lagoa, atendendo a uma das maiores regiões produtoras deste Estado do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ex.^{mo}

Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de equipamentos para a implantação de um gabinete dentário para a Administração Municipal de BOA ESPERANÇA.

É crescente os problemas sociais existentes, em decorrência da grave situação econômica por que passa o País, cujos desdobramentos atingem diretamente os municípios, notadamente àqueles que enfrentam as maiores dificuldades, ante a estrutura tributária vigente. Tal conjuntura, tem proporcionado o endividamento sempre constante das prefeituras, que não conseguem nem se quer manter a folha de pagamento do funcionalismo público em dia, ou colocar combustível e recuperar máquinas, a serem utilizadas na conservação de estradas, por onde devem ser escoadas as riquezas produzidas.

Nisto tudo, existe aquela que sem dúvida alguma, é a maior dívida, a social, onde o empobrecimento das populações é uma constante.

BOA ESPERANÇA adequa-se dentro da realidade citada, necessitando apoio dessa Pasta na implantação de um gabinete dentário, através de convênio com a Prefeitura Municipal daquela cidade, já que com isto, poderá ao menos amenizar as dificuldades em termos de saúde nesta área, vindo a favorecer a todos os munícipes de BOA ESPERANÇA, notadamente os trabalhadores do meio rural.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUEREM sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, sugerindo-lhes a modificação do art. 4.^o, da Lei n.^o 6794/76, que trata da incorporação das gratificações pela prestação de serviços extraordinários e tempo integral nas aposentadorias.

Senhor Presidente.

Os Deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário da Administração, sugerindo-lhes a modificação do art. 4.^o, da Lei n.^o 6794, de 08 de junho de 1976, como segue:

“Art. 4.^o — O funcionário que tiver percebido em período diferentes, as gratificações de que tratam os incisos II e III, do art. 172, da Lei n.^o 6174, de 16 de novembro de 1970, terá incorporado aos proventos de aposentadoria, o valor correspondente à maior média percentual recebida durante 12 (doze) meses, desde que a percepção dessas gratificações some 3 (três) anos ininterruptos ou 5 (cinco) alternados, vedada a incorporação aos funcionários em regime de acumulação de cargos”.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(aa) FUAD NACLI e NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.^o 6794, de 08 de junho de 1976, teve por objetivo propiciar a incorporação, aos proventos de inatividade dos servidores públicos do Estado, as gratificações previstas nos incisos II e III, do art. 172, da Lei n.^o 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado).

Entretanto, tratou separadamente da incorporação de cada uma dessas gratificações.

Assim, é comum que o servidor tenha prestado serviços em ambos os regimes (extraordinário e tempo integral) por mais de cinco anos e não seja beneficiado com a incorporação de que trata a Lei 6.794/76.

Tomemos como exemplo um servidor designado a prestar serviços extraordinários por um período de dois anos e, que, sem interrupção seja designado para prestar serviço em regime de tempo integral por igual período e depois, ainda sem qualquer interrupção, volte a prestar serviços extraordinários. Até que ele complete 7 (sete) ANOS sob tais regimes, não terá direito à incorporação de quaisquer dessas gratificações em sua aposentadoria.

Lembramos, nesta oportunidade, que o próprio Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado prevê a possibilidade da somatória do tempo de serviço em que o servidor exerceu cargo em comissão com o tempo de função gratificada, para efeito de incorporação de um desses benefícios em sua aposentadoria.

Temos conhecimento de que estudos nesse sentido já estão sendo elaborados no Setor de Recursos Humanos da Secretaria da Administração.

Apresentamos a presente minuta de projeto de lei em forma de sugestão, tendo em vista os dispositivos constitucionais que regem a matéria, quanto à sua iniciativa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Wilson Moreira, Prefeito Municipal de Londrina, parabenizando-o pela iniciativa do Projeto de Urbanização das Favelas daquela cidade.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O projeto que vem sendo executado pela Prefeitura de Londrina através da COHAB merece nosso elogio. Conhecedor dos problemas enfrentados por esta sofrida parcela da população londrinense não poderia deixar de externar minhas congratulações.

O plano visa atender mil famílias, moradores em 13 núcleos de favelas de Londrina, dentro de um período de três anos.

Estes núcleos serão urbanizados e terão seus lotes regularizados. No caso da impossibilidade de melhorias, os barracos serão remanejados para outros locais mais adequados para receberem arruamento com assentamento de macadame, como também a instalação de redes de água e luz.

Diante de tal iniciativa externamos nossas congratulações e desejamos que os anseios desta população sejam atingidos, torcendo para o sucesso de tal empreendimento de caráter social relevante.

Por outro lado, o projeto significa o abandono definitivo da já superada filosofia de remoção simples e pura das populações faveladas. A urbanização insere-se no verdadeiro contexto de uma administração democrática e consciente de que o fim das favelas só será possível com a adoção de um modelo de desenvolvimento econômico que redistribua a renda e garanta o pleno emprego a todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o

Plenário, encaminhamento a Excelentíssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja avaliada a possibilidade de se destinar materiais de expediente, material permanente, material de limpeza e material esportivo, para a Escola Espírito Santo – Ensino de primeiro grau, localizada na Municipalidade de Fênix.

De acordo com correspondência em anexo, discriminando os respectivos materiais, aquele estabelecimento educacional do Município de Fênix, necessita com urgência de uma reestruturação no que diz respeito ao seu funcionamento. Ademais, a Escola Vila Rica do Espírito Santo, não possui recursos financeiros próprios, o que torna-se imprescindível tal pedido.

Neste sentido, em razão do exposto, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação conjuntamente com a FUNDEPAR, o encaminhamento o mais breve possível dos materiais, uma vez que viria a suprir as atuais deficiências existentes, elevando com isto, as condições de ensino, atendendo a reivindicação da Senhora Maria José Pereira Carmora, Digníssima Diretora daquela escola pertencente a rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.
REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: REQUER o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que seja avaliado a possibilidade de se destinar recursos financeiros a serem aplicados na desapropriação de uma área existente no Distrito de Corumbataí do Sul.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de se destinar recursos financeiros a serem aplicados na desapropriação de uma área existente no Distrito de Corumbataí do Sul, pertencente à municipalidade de Barbosa Ferraz.

No dia oito de novembro do ano de 1983, a Câmara Municipal de Barbosa Ferraz, em Sessão Ordinária, aprovou em regime de urgência, requerimento do Excelentíssimo Senhor Vereador, Donizete Aparecido Fernandes, que solicitou, na ocasião, providência ao ITC – Instituto de Terras e Cartografia, para que intercedesse contra o desmatamento de uma área florestal única existente naquele distrito.

Tal procedimento mereceu de minha parte, também através de requerimento com aprovação devida dessa Casa de Leis, no dia 23 de novembro do mesmo ano. Na oportunidade, afirmei que a reivindicação fosse avaliada, pois aquela região, assim como todo o Estado do Paraná, tem assistido os constantes e até mesmo diários desmatamentos de grandes terrenos vegetais, sendo tais ações, responsáveis pelos desequilíbrios ecológicos ainda maiores.

Atualmente, esta situação encontra-se sem nenhuma definição por parte dos órgãos públicos do Estado, cuja emissão de qualquer posicionamento, não tem notícia.

Em relação à Prefeitura de Barbosa Ferraz, a mesma não dispõe de um orçamento que permita sua aplicação em termos de indenização aos proprietários da área citada, conforme prevê a Legislação vigente.

Resta então, ao Governo do Estado, através do Excelentíssimo Senhor Governador, o encaminhamento de medidas que possam evitar a derrubada do mato daquela área, por tratar-se de um assunto de grande interesse para os moradores daquele distrito bem como de Barbosa Ferraz, através das iniciativas do Excelentíssimo Senhor Donizete Aparecido Fernandes, Vereador, e das eminentes lideranças de Corumbataí do Sul, Jair Cândido de Almeida e Antônio de Andrade.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de ofício à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a realização de estudos visando analisar a viabilidade de se proceder a autorização de uma linha de ônibus direto, entre o Município de Araruna ao Município de Engenheiro Beltrão, bem como a implantação de uma linha de ônibus entre o Município de Araruna aos seus distritos administrativos.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a realização de estudos visando analisar a viabilidade de se proceder a autorização de uma linha de ônibus direto, entre o Município de Araruna e o Município de Engenheiro Beltrão, bem como a implantação uma linha de ônibus entre o Município de Araruna aos seus distritos administrativos.

Com um contingente populacional superior a 30 mil habitantes somados (sendo 15 mil moradores ararunenses e 15 mil de Engenheiro Beltrão) aqueles municípios vêm reivindicando, através dos segmentos organizados da sociedade, de ambas as cidades, da Câmara Municipal, Prefeitura Municipal e Diretórios Municipais das Agremiações Partidárias existentes, a criação da referida linha de ônibus, o mais breve possível. Pois hoje tanto Araruna como Engenheiro Beltrão, necessitam de um atendimento aos usuários, mais condizente com as suas respectivas potencialidades econômicas e sociais.

O que se vê, são constantes reclamações, pois para se deslocar por exemplo, de algum distrito ou localidade pertencente a Araruna, para ir a Engenheiro Beltrão, o cidadão tem que chegar a Araruna, com ônibus que vem de Terra Boa (que sempre atrasa); em seguida, de Araruna terá que ir até o Município de Peabiru onde deverá aguardar um ônibus que vem de Campo Mourão (que também costuma chegar atrasado), onde embarca para finalmente chegar em Engenheiro Beltrão.

Para percorrer este itinerário, além de depender de outras linhas, demora-se muito, em face das constantes paradas que acontecem.

Diante destes transtornos, ora mencionados e outros existentes, é necessário a adoção de medidas capazes de assegurar a implantação de uma linha direta entre Araruna e Engenheiro Beltrão, o que seguramente vem de encontro a ambos os municípios, notadamente para os usuários, que são na maioria trabalhadores pertencentes ao meio rural.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, objetivando o apoio financeiro para a Escola Luiz Deliberador, localizada na municipalidade de Sertanópolis.

Aquele estabelecimento educacional do Município de Sertanópolis, necessita de que se construa um alojamento (casa) para residir uma pessoa responsável pelas instalações do prédio, bem como executar os serviços gerais, que se fazem necessários, em razão do grande número de alunos.

A direção escolar da Escola Luiz Deliberador, no entanto, não dispõe de verbas próprias, capazes de edificar o referido alojamento.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Educação, uma avaliação quanto ao problema ora discorrido, no que se refere a adoção de medidas que possam servir de auxílio para tal edificação.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER que seja oficiado à Secretaria de Estado da Segurança Pública, encarecendo o desenvolvimento de estudos no sentido de avaliar a viabilidade de se criar e instalar um módulo policial para o Distrito de Farol.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de avaliar, através de estudos, a possibilidade de criar e instalar um módulo policial para o Distrito de Farol, pertencente à municipalidade de Campo Mourão.

De iniciativa do nobre Vereador, integrante do Legislativo Municipal de Campo Mourão, Excelentíssimo Senhor José Laurindo Kraus, este afirma que aquele Distrito, necessita de uma estrutura policial condizente com seu contingente populacional, pois atualmente, o que se percebe, é o acontecimento regular das ações dos chamados inimigos do alheio.

Com a criação de um módulo policial, estaria por certo, sendo garantida maior tranquilidade aos habitantes de Farol, no que diz respeito à segurança e à ordem pública.

Em razão da exposição de tais motivos, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, uma avaliação imediata do referido pedido, o que sem dúvida alguma, virá de encontro àquela coletividade.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e fulcrado em dispositivo contido no Regimento Interno desta Casa de Leis, REQUER a transcrição da matéria anexa, publicada no jornal "Gazeta do Povo" em sua edição do dia 08 de

abril próximo passado, à página 5, sob o título "O povo quer um Presidente Civil", nos anais deste Poder.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 60/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — O Servidor Público integrante dos Quadros de Pessoal da Administração Direta e Indireta do Estado, quando estiver cursando Escola de Nível Superior, somente poderá ser transferido para localidades que possuam idênticos cursos a que estiver matriculado.

Parágrafo único — Através de Decreto do Poder Executivo, a ser baixado, 60 dias após a publicação desta lei, a Secretaria da Administração estabelecerá as normas reguladoras para a aplicação do disposto neste artigo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) TUGUIO SETOGUTTE.

JUSTIFICATIVA:

A proposta que estamos apresentando tem por finalidade o favorecimento e dar tranqüilidade ao servidor público que esteja cursando Escola de Nível Superior, e que muitas vezes a está cursando para utilização do curso em proveito da própria administração pública.

É comum a administração pública, transferir o funcionário sem ao menos atender os seus interesses, colocando em sérias dificuldades quando é transferido para localidades que não possuam curso superior a que esteja cursando.

Com essa medida se estará ajudando não só a administração pública como também favorecendo àqueles que com seu trabalho a mantém.

PROJETO DE LEI Nº 61/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º — É facultado ao funcionário público estadual, que conte com mais de quinze anos de serviço computados para todos os efeitos legais, o direito de requerer aposentadoria com proventos proporcionais.

Art. 2.º — O cálculo dos proventos proporcionais se fará mediante a divisão do valor total dos proventos a que teria direito o funcionário, pelo número de anos necessários à sua aposentadoria com remuneração integral, multiplicando-se o valor encontrado pelo número de anos de serviço do mesmo funcionário.

Art. 3.º — Concedida a aposentadoria com proventos proporcionais, o preenchimento do cargo ocupado pelo funcionário aposentado só poderá se fazer após decorrido o restante do tempo necessário para a sua aposentadoria com proventos integrais.

§ 1.º — Durante o espaço de tempo a que se refere este artigo, será assegurado ao funcionário aposentado o direito de reversão ao cargo, a fim de que complete o tempo para obter aposentadoria com remuneração integral, vedada a contagem, a qualquer título, do período de afastamento em razão da aposentadoria proporcional.

§ 2.º — Enquanto não decorrer o prazo a que se refere o presente artigo, o funcionário aposentado não poderá ser nomeado ou contratado para outro cargo, nem assumir qualquer função remunerada no serviço público estadual.

Art. 4.º — O disposto pelo artigo anterior, e respectivos parágrafos, não se aplicará nos casos em que o preenchimento do cargo seja indispensável ao serviço, assim declarado pelo Chefe do Poder a que o mesmo esteja vinculado.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento:

Nelson Buffara, Nestor Baptista, Rubens Bueno, Fuad Nacli, Adhail Sprenger Passos, Ezequias Losso e Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente projeto é regulamentar a recente Emenda Constitucional nº 21, de 5 de dezembro de 1983, que introduziu a alínea "c" ao parágrafo único do art. 74 da Constituição do Estado, possibilitando a aposentadoria proporcional aos funcionários estaduais que contem com mais de quinze anos de serviço computados para todos os efeitos legais.

Procura-se matner a vinculação do funcionário ao cargo, mesmo após a aposentadoria, facultando-lhe a reversão para completar o tempo necessário à aposentadoria com proventos integrais, e vedando-se o preenchimento do cargo antes de que tal tempo tenha decorrido. Evita-se, com isso, maior oneração aos cofres públicos, pois a nomeação do novo servidor só ocorrerá dentro do tempo regular de aposentadoria do primitivo ocupante do cargo.

Confia o signatário do projeto, de todo o exposto, na adesão dos nobres Pares à aprovação da presente proposta de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — Está finda a leitura do expediente.

Esta Casa registra a visita, no dia de hoje, da Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Curitiba, Rosa Maria Chiamurela.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Duas notícias veiculadas, na semana passada, pela imprensa da capital, mais propriamente na quinta-feira, causaram-nos espanto e indignação, não tanto pelo aspecto frustrante das notas, mas com relação a virem exatamente em sentido oposto àquele que vimos propugnando, desde que assumimos o nosso mandato.

A primeira das duas notícias refere-se à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, na sua primeira reunião formal deste ano, de uma redução substancial dos percentuais de aplicações obrigatórias dos Bancos Privados na Agricultura. Tal medida afeta, indiscutivelmente, o volume global de recursos destinados à agricultura, demonstrando tal gesto o início do fim da prioridade que vinha sendo imprimida à agricultura.

Embora o Ministro da Agricultura tenha considerado que tal medida não irá afetar, em termos de recursos, a agricultura, parece-nos, pela simples análise da mudança

efetuada no crédito rural, que o otimismo do Ministro não reflete a realidade.

Assim, de acordo com o novo disposto, a base de cálculo para as exigibilidades de aplicações no crédito rural deixa de ser o volume total das aplicações, e passa a ser calculado em face dos depósitos à vista. Foram criadas seis faixas de Bancos Comerciais, em função do porte das operações ativas, sendo que dependendo da faixa operacional de cada banco, e dependendo dos depósitos à vista, varia entre 10% e 55% a exigibilidade de aplicação no crédito rural ou agro industrial. Além disso, a participação dos bancos de investimento no crédito rural, que, até a decretação da medida era da ordem de 5 % do volume total das aplicações, foi eliminada.

Diante desta situação, somente os Bancos Comerciais, de acordo com seu porte, terão de destinar ao crédito rural, parcelas baseadas nos depósitos à vista, os quais tem demonstrado nos últimos anos um acentuado declínio. Outro problema que por certo, com o decorrer do tempo surgirá, é com relação ao possível aumento da burocracia na concessão dos financiamentos de comercialização por parte dos bancos comerciais, através do aumento das exigências de garantias.

Por estas razões chega-se à inevitável conclusão, que mais uma vez, e não obstante as reiteradas promessas do Ministro Nestor Jost referentes ao Aumento Global dos recursos destinados à agricultura, a presente redução do crédito rural vem contra os anseios da agricultura Estadual, pois não há no País nenhum banco que mantenha um nível de depósitos à vista superior ao de suas aplicações à vista. Mais uma vez a agricultura Nacional e Estadual saiu perdendo em proveito da ilusão de menores taxas de juros no mercado livre, como pretende o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas.

A segunda notícia, também relacionada ao setor agrícola, refere-se à extinção da Superintendência Regional do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) em Curitiba, sob a alegação de pretendida austeridade administrativa, destinada a reduzir os custos operacionais desta Superintendência.

Com esta medida, o Presidente do BNCC, Raul Agostini, na sua ânsia de economia administrativa, vem lançar sobre o nosso Estado as nefastas conseqüências da corrupção e incompetência administrativa que grassavam entre os dirigentes daquela casa de crédito, passando o Estado do Paraná, juntamente com o Estado do Rio Grande do Sul e outras unidades da Federação, onde foram extintas as superintendências, a pagar os ônus das sucessivas más administrações, cujos procedimentos escusos ao longo dos últimos anos têm sido vivenciados por aquela instituição financeira.

Se levarmos em consideração que neste Estado e no Rio Grande do Sul estão situadas sete das dez maiores cooperativas do Brasil, notadamente a COTRIJUIHI (RS) e a COAMO, em Campo Mourão, que representam 50% da produção total de grãos do País, a medida, vem refletir-se profunda e negativamente para a economia agrícola destes dois Estados, e por conseqüência, dos seus esforçados proprietários rurais, que incansavelmente desenvolvem suas atividades diuturnamente, buscando a elevação dos índices de produtividade de suas respectivas atividades agropecuárias.

Reafirmo, nesta oportunidade, a necessidade de se estabelecer efetivas medidas destinadas a proteger a agricultura paranaense, que esta, atualmente, seriamente

ameaçada pelas medidas cada vez mais distantes da realidade, ditadas em gabinetes amplos e refrigerados, pelos Senhores todo-poderosos do nosso Brasil”.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência o Senhor Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na realidade, estamos vivendo uma grande inquietação. Na área educacional, dois mil professores do Paraná, totalmente deslocados no que diz respeito à convocação dos professores excedentes do concurso de 1.979, estão vivendo um drama, uma verdadeira angústia, porque diariamente têm que percorrer centenas de quilômetros, para que possam cumprir as suas obrigações de ordem funcional.

É por esta razão que estamos realizando um apelo para que o Governador do Estado e a Secretaria de Estado da Educação, possam, através de uma abertura, de um concurso de remoções no mês de julho, dar condições a que aproximadamente dois mil professores possam realizar o que é óbvio: ter condições de trabalhar dentro de uma estrutura, pelo menos racional, que lhes viabilize condições elementares de trabalho.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em nome do estágio probatório, professores que têm uma vida inteira praticamente dedicada à educação, estão impossibilitados de se beneficiarem com o concurso de remoção em julho que seria apenas, para os professores enquadrados ou incluídos como não em estágio probatório

É por esta razão que aproveitamos esta tribuna para realizar um apelo, até mesmo à Comissão Executiva desta Casa, às Comissões de um modo geral. Desde o ano passado, exatamente no dia 14 de julho de 83, demos entrada a um projeto de lei que dispensava do estágio probatório os professores que comprovassem antes da sua convocação, um mínimo de dois anos de serviços prestados nas escolas públicas do Estado do Paraná.

Entretanto, até o momento não tivemos a satisfação de ver este projeto submetido à discussão por esta Casa. Solicitamos em data de 14 de março próximo passado, regime de urgência e apelamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que condições sejam criadas. Porque, todos os dois mil professores que estão marginalizados, sem condições humanas de virem a lecionar, em nome de um estágio probatório anacrônico, porque se eles puderam durante dez ou quinze anos, ministrarem aulas nas escolas públicas do Estado - não é agora - em nome de uma legislação que simplesmente não chega a contemplar a amplitude do problema educacional no Paraná, que nós iremos fazer com que estes professores sejam obrigados a renunciar aos seus padrões por absoluta impossibilidade de virem trabalhar.

É por esta razão, que estamos enfatizando a necessidade de termos uma resposta, de darmos também uma resposta a milhares de mestres paranaenses e o máximo que pedem, são condições de trabalho num momento em que o desemprego e a carístia rondam, assustadoramente, nas portas dos trabalhadores do Brasil. Apelamos e esperamos, que através de uma emenda à legislação vigente, possamos ter resposta para professores que após a convocação alusiva ao concurso de 79, estão bloqueados, estão sem condições humana para o desempenho de suas funções. Porque, estranhamente, são detentores de duas jornadas

de trabalho e um padrão que chega a distar 500 km com relação ao outro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) - Esta Presidência registra as visitas do Prefeito de Dois Vizinhos, Olindo Pagnoncelli, do Vereador Luiz Vieira dos Santos e do assessor de imprensa Valdir Pagnoncelli.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Inoportuno, inaceitável e inflacionário os aumentos das tarifas telefônicas, das taxas portuárias assinadas no início do mês, dos combustíveis, da água que ocorrerão até o dia trinta, e da energia elétrica, a ser acertada para maio. Desumano, ainda mais porque, enquanto as classes trabalhadoras têm seus reajustes salariais severamente limitados a uma média de 87% por período não inferior a seis meses, percebemos que os produtos primários e secundários, severamente controlados, seja pelo preço, seja pelo controle extensivo da comercialização ou pelo excessivo dos impostos, as todo-poderosas estatais possuem livre trânsito para realizar um verdadeiro festival de aumentos.

Apesar das notas de imprensa afirmarem haver reajustes nas taxas e impostos, negamos a veracidade do termo. O que há é aumento. Fazemos comparação entre o crescimento do custo de vida e os aumentos dos serviços públicos nos três primeiros meses de 1984.

A taxa do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado até o fim de março, segundo dados fornecidos pelo IPARDES, foi de 31,11%. O índice inflacionário, por sua vez, chegou a 35,54%. No entanto, neste mesmo período, a água sofreu um aumento de 50%; a energia elétrica chegou a 32,97 e o gás de cozinha 31,25%. Mas o pior não é isso, veja-se o caso do telefone, o meio de comunicação mais necessário às empresas, hoje em dia. Entre janeiro e março subiu 37,99% que, com reajuste de 1º de abril, na ordem de 19,49%, chegou a 64,9%, quase o dobro da inflação. O mesmo ocorre com as taxas portuárias, tão importantes como incentivo à exportação que, com o acréscimo de abril, chegaram a 72,5%.

Está na hora de pensarmos mais seriamente no problema que enfrentamos agora. Os próprios empresários já não suportam mais o peso da tecnocracia apartidária dominante no País. Ela fez com o que o partido situacionista e, porque não dizer, também os que estão na área da Oposição funcionem como simples peças no jogo da má administração e da insensibilidade, exercendo uma compressão que a Nação já não suporta, transformando o País em cobais de teorias econômicas.

Dizemos que a Oposição também está comprometida porque assimilou avidamente o aumento da alíquota de ICM, apesar do protesto empresarial, sabendo claramente que não havia lei a obrigar tal atitude.

Em editorial do periódico "Informativo Empresarial", da Federação do Comércio do Estado do Paraná, os empresários pedem que o decreto-Lei nº 2065, que achata os pagamentos e preços dentro de limites pre-estabelecidos, devam ser aplicados também ao setor público, seja municipal, estadual ou federal. Mas o que vemos? "Aqui, em Curitiba, os impostos foram altos. O Imposto de Renda, nem sabe que existe compressão dos reajustamentos dos contribuintes em seus salários e ganhos em geral", afirma o artigo.

Os nobres Deputados Luiz Alberto Oliveira e Airton Cordeiro já trouxeram a conhecimento da Casa um manifesto sobre o assunto assinado pela Federação das

Indústrias, Federação do Comércio, Federação do Comércio Varejista e pela Federação da Agricultura, além da Federação das Associações Comerciais do Paraná, pedindo o seu registro, no dia vinte e seis de março de 1984. Este manifesto nada mais pede que o controle nas taxas e tarifas governamentais e das estatais. Outro movimento também foi feito na Câmara Federal, através do Deputado Renato Johnson, mas lamentavelmente, até agora, nenhum efeito produziu.

Consignamos, desta Tribuna, o nosso mais veemente protesto a este estado de coisas, ao tempo em que manifestamos esperanças de que a tecnocracia dominante brevemente seja arejada da maneira tal a corresponder, com sensibilidade, às justas expectativas do nosso sofrido povo. Muito obrigado (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente concedo a palavra a Sua Excelência o Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Daqui a pouco o Estado do Rio de Janeiro estará sediando mais uma manifestação pró-eleições diretas à Presidência da República. A imprensa nacional vem dando destaque à importância que esta manifestação carioca se reveste. Este Rio de Janeiro que por tantas e quantas vezes já trouxe à Nação brasileira a sua contribuição nas mais diversas áreas e setores do Governo. Por sinal, estamos hoje encaminhando hoje à Mesa da Assembléia um expediente dirigido à Prefeitura de Londrina, em que nos parabenizamos e com isto queremos contar com o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, com a definição formal e oficial da municipalidade de Londrina em torno da atuação no campo das favelas.

É dentro do enfoque definido pela Prefeitura de Londrina que registramos que pioneira nesta política de urbanização de favelas foi a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro que talvez tenha sido a pioneira em termos de processo de favelamento, já há muitos anos, início da década de 70, abandonou oficialmente como política do Governo municipal e, mais tarde, como política do Governo do Estado do Rio de Janeiro, aquela já superada e defasada política de remoção de favelas. Entendendo o processo de favelamento que no Paraná hoje se avoluma, mormente nos polos mais importantes do Estado, como um processo conseqüente de todo o modelo econômico, que atinge o meio agrícola, resultado no êxodo rural e que expulsa famílias das classes trabalhadoras, dos bairros, impossibilitadas de continuar pagando aluguel. Para a posse dos terrenos, o Rio de Janeiro entendendo desta forma o processo de favelamento, entendendo que sua solução definitiva depende de um reordenamento do modelo econômico e da redistribuição da renda, já implantada desde a década de 70 a política de urbanização de favelas, abandonando, de vez, a remoção.

Aqui no Paraná ainda em determinadas localidades se assiste a remoção das favelas como uma política oficial dos municípios, principalmente dos municípios de porte médio e pequeno. Londrina com esta definição da política de urbanização, apresentada do documento elaborado pela COHAB de Londrina, inverte a tendência que existia em anos anteriores. Embora em breves períodos, como foi inclusive na administração do ex-Prefeito Antonio Balinati, se tenha extra-oficialmente levar uma política de urbanização, como é a correta.

Temos certeza que os interesses que sempre pressionaram, no sentido especulativo, da terra urbana, passam, com esta definição política da Prefeitura de Londrina, a ter que reenquadrar os seus interesses.

Fazemos esta menção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao registrar que nesta tarde o Rio de Janeiro, tenho

certeza, com a manifestação de hoje pelas diretas, será dado mais um salto na luta pelas diretas já, em 84, com a contribuição dos cariocas e dos democratas do Brasil todo que para lá acorrerão.

Era este o registro, Sr. Presidente Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Caríssimo Presidente Nestor Baptista, Srs. Deputados. (Lê):

"É com grande satisfação que registamos desta tribuna o aniversário do Município de Palmeira, comemorando neste domingo que passou com uma bonita festa cívica, contando com a presença do Governador José Richa, autoridades estaduais, Prefeitos da região, Deputados Estaduais e Federais, e principalmente da comunidade local; todos irmanados na alegria dos 165 anos da "cidade clima".

Palmeira é um município nascido da miscigenação, da união e do trabalho. É berço de homens que se notabilizaram não só pela disposição de construir, de gerar riquezas para o bem comum, mas também se notabilizaram e desenvolveram o município pelas suas idéias, pelo legado cultural, pela atuação política, pela elevação dos valores espirituais. Palmeira é berço, entre tantos ilustres paranaenses, de Jesuino Marcondes de Oliveira Sá, o primeiro ministro que o Paraná deu ao Império do Brasil; do poeta e escritor Heitor Stockler de França; de Moisés Marcondes; de Dom Alberto Gonçalves, o primeiro bispo paranaense; de Ottoni Maciel; de Agostinho dos Santos, o primeiro paranaense a galgar o posto de marechal do exército brasileiro.

Inteligência e labor conjugados fizeram de Palmeira um município de destacada importância para a economia do Paraná e do Brasil, e que hoje está oficialmente entre os mais desenvolvidos do País.

Tem o município elevada participação na geração de tributos, sua agroindústria é bem desenvolvida, constituindo-se numa das principais bacias leiteira do Estado; produz milho, trigo, feijão, batata, soja, fumo, arroz e cevada, além de outros itens. Palmeira conta com mais de três mil estabelecimentos comerciais e industriais, participando inclusive na pauta de exportações.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é justo este destaque e merecidas as congratulações ao povo "da Palmeira", na pessoa do Prefeito Mussoline Mansani, do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Aleixo Karas e em nome de todas as lideranças da comunidade de, tão intensa participação.

Muito obrigado".

Nós, que lá estivemos como Deputado representante daquele município, sentimos de perto a alegria do seu povo. E principalmente os estudantes que desfilaram garbosamente, jovens cheios de orgulho, por terem nascido naquela região, que são futuro do nosso Paraná e do nosso Brasil.

Nós, nos rejubilamos com este acontecimento cívico e marcadamente histórico para o Paraná. A Mensagem do Sr. Governador dizendo de quanto era importante a representatividade de Palmeira, junto à economia, junto à cultura, sobretudo, junto à História do Paraná, foi muito feliz em destacar que o seu processo, a sua prosperidade, está dentro de um contexto administrativo, equilibrado, honesto, na pessoa do Sr. Prefeito Mussoline Mansani e através de todas as suas lideranças.

Parabéns a Palmeira, parabéns ao seu povo, principalmente parabéns ao estabelecimento de ensino que deram um exemplo de civismo e sobretudo, uma demonstração de esperança no futuro de Palmeira, do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra a Sua Excelência Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente Nestor Baptista, eu acabo de apoiar uma proposta de emenda da Constituição Estadual que suprime o § 4 do Artigo 12 da Constituição do Estado, que limita na Assembléia Legislativa o número de sessões extraordinárias em oito sessões por mês.

Parece rezoável a supressão. Mas, quero assumir neste instante, e de público, o compromisso de que aprovada esta emenda pela Assembléia, este Deputado irá pedir verificação de quorum e chamada nominal em todas as sessões legislativas desta Assembléia.

Que o empecilho ao funcionamento não se transforme na origem de mordomias indevidas. E, enquanto eu for Deputado nesta Assembléia, será este o meu comportamento.

Aproveito a oportunidade ainda para anunciar a esta Casa três projetos de minha iniciativa. Um deles criando a Companhia Metropolitana de Transportes Coletivos, que visa a integrar o sistema de transportes da região metropolitana de Curitiba.

O segundo, estabelecendo que 5% da arrecadação de ICM do Estado será depositada no Fundo de Desenvolvimento Econômico, no Banco de Desenvolvimento do Estado, ingerida pelo COIND para que se dê consequências às propostas programáticas de governo e apoio da pequena e média empresa.

O terceiro projeto para o qual eu peço o apoio dos Srs. Deputados, é um projeto que surge na oportunidade da discussão do reajuste dos celetistas do Estado.

Bloqueada esta discussão, está pela falta de informação verdadeira sobre o quanto ganha os Secretários e Diretores da Administração direta e indireta do Estado.

A remuneração dos Secretários e Diretores é violentamente suplementada por participação em conselhos que originam os polpudos "jatttons" e isto faz com que os diretores e secretários não se preocupem com uma política de pessoal e uma política salarial na estrutura da administração pública.

Eu estou propondo um projeto de lei que proíbe que os Secretários e Diretores recebam proventos de diversas fontes.

Acredito que deve ser de remuneração suficiente os salários recebidos por secretários e diretores.

Mas, essa remuneração deve ser transparente e pública e, deve ser comportada pelo plano geral de salários do Estado.

Para estes três projetos eu estou pedindo desde já o apoio dos Deputados e dos partidos que querem levar a sério a sua função fiscalizadora.

Estes projetos vêm no rastro da derrubada do veto do Governador do Estado no que dizia respeito à fiscalização por esta Assembléia dos orçamentos das Companhias Estatais.

Estamos no caminho da valorização do Poder Legislativo, e embora isto não signifique confronto com o Executivo, este é o caminho da verdadeira democratização do Estado Brasileiro, e dele, Sr. Presidente não devemos nos afastar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Fuad Nacli.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é reservado.

Por cinco minutos concedo a palavra ao Sr. Deputado

Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.
Há poucos dias foi libertado Juvêncio Mazzarollo.
Hoje foram distribuídas armas e munições a mais de uma centena de municípios do Paraná pela Secretaria de Segurança Pública.

Na distribuição hoje, simbólica, das armas com a presença do Sr. Governador, José Richa, foi muito elogiado o Secretário Luiz Felipe Mussi. Elogiado pela recuperação que está fazendo do setor de Segurança Pública; elogiado pelas 561 novas viaturas que estão sendo incorporadas àquela Secretaria; elogiado pelas centenas de delegacias recuperadas nos serviços de reconstrução e de construção de tantas outras novas, também naquela Secretaria; elogiado pela incorporação de novos elementos na Polícia Militar e Concurso na Polícia Civil, mas, a grande verdade, Sr. Presidente, é que é mais importante do que os elogios que poderiam ser dados ao Secretário de Segurança Pública, não foi feito naquela oportunidade, hoje pela manhã.

Eu acompanhei no dia a dia, a greve de fome em solidariedade a Juvêncio Mazzarollo, quando oito jovens em solidariedade ao último preso político no Brasil ficaram durante 4 dias em greve de fome, em cima de um palanque instalado próximo à Praça Ozório, nessa ocasião tinha-se notícia de que diversos ônibus viriam do Oeste do Paraná para acampar ali, próximo à Praça Ozório, que o Comitê dos Desempregados iria ali também fazer um acampamento, que o Movimento Geral dos Desempregados também, que os sem-terras armariam também ali as suas barracas, e a serenidade, e a firmeza do Secretário de Segurança, é na minha opinião motivo de ser ele muito mais elogiado do que por todas estas conquistas materiais para a sua Secretaria.

O Secretário Luiz Felipe Mussi permitiu que se transformasse a Praça Ozório no Parque do Ipirapuera, porque lá ficaram acampadas centenas de famílias, sem nada de prático terem alcançado e acabaram, na prática desestabilizando o Governo Franco Montoro.

Não permitiu que se armassem barracas, mas por outro lado deu toda a garantia de assistência médica àqueles que estavam em greve de fome, colocando ambulâncias, tantas quantas fossem necessárias para que lá pernoitassem, para que lá dormissem, ambulâncias com médicos e com enfermeiras, preocupado com a debilidade do estado de saúde daqueles que estavam em greve de fome e que poderiam vir a sofrer conseqüências graves em sua saúde, podendo vir até a falecer, dado o grau de debilidade em que se encontravam e nós, do Paraná, acabaríamos assumindo o ônus da prisão de Juvêncio Mazzarollo, preso pela repressão. E o Paraná, com a firmeza e a postura do Secretário Luiz Mussi, com a serenidade que a todo momento dialogou com a comissão que representava os grevistas, conseguiu chegar ao fim daquela greve intercedendo continuamente junto ao Supremo Tribunal Federal e dada a sua interferência, a sua preocupação, o Supremo enviou à Secretaria de Segurança Pública do Paraná o alvará de soltura para Juvêncio Mazzarollo para que a Secretaria fizesse a entrega desse alvará.

Portanto quero me parabenizar com o Secretário da Segurança Pública, Luiz Felipe Mussi, pela forma com que se conduziu nesse episódio. Muito obrigado.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do restante do tempo que lhe é reservado.

O SR. MÁRIO PEREIRA - O Deputado Márcio Almeida, por 5 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Com a palavra o Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nossa intenção, nesta oportunidade, é trazer para a Assembléia Legislativa do Paraná o debate que hoje se trava no Estado e, mais particularmente, no Município de Londrina, no assunto telecomunicações.

A imprensa tem noticiado, principalmente a imprensa regional, há vários anos, precisamente há sete anos, a polêmica que há entre a municipalidade de Londrina, através da Autarquia SERCONTEL-Serviços de Comunicação Telefônica, por um lado; e por outro lado a TELEPAR, a TELEBRÁS e o Ministério das Comunicações; polêmica essa girando em torno da autorização de um novo plano de expansão de ligações telefônicas no Município de Londrina. Recentemente, o Ministério das Comunicações, em comunicado à Prefeitura de Londrina, em resposta ao ofício do Excelentíssimo Sr. Prefeito e do Presidente da Autarquia SERCOMTEL, a pressionar a Prefeitura no sentido de que a municipalidade abra mão do serviço telefônico até hoje funcionando com eficácia e produtividade, serviço telefônico esse instalado na gestão do então Prefeito José Hosken de Novaes; pressionando para que a Prefeitura volte a promulgar uma lei instituindo, transferindo o SERCOMTEL de autarquia para empresa S.A. Após essa resposta do Ministério das Comunicações, a comunidade londrinense se mobilizou e no último sábado, com a presença de lideranças comunitárias e partidárias, tanto do PMDB, como do PDS, se discutiu extensivamente, durante todo o período da manhã, do último sábado, sobre a documentação que inicia com o histórico do SERCONTEL; passa pelas várias comunicações que nesses sete anos de Prefeitura vem expedindo tanto à TELEPAR, como à TELEBRÁS, como ao Ministério das Comunicações; passa também pelas raríssimas respostas a essas solicitações formais da Prefeitura, como, inclusive, está documentada a resposta que o então e atual, infelizmente, ainda atual Presidente da TELEPAR, Dr. Garbi fez, em determinada ocasião mencionando que o Município de Londrina, pressionado por mais um tempo, acabaria por abrir mão da sua autonomia que o SERCOMTEL tinha enquanto autarquia.

A Prefeitura de Londrina nesta gestão providenciou junto aos juristas Helly Lopes Meireles e o Professor Bando de Mello, Pareceres que são conclusivos na opinião, inclusive, do ex-Governador José Hosken de Novaes que também participou desta reunião neste sábado.

Pareceres que são no sentido de reafirmar que a Municipalidade tem o direito à expansão dos serviços telefônicos quando se trata da exigência da comunidade. Infelizmente até hoje o debate ainda não chegou à Assembléia Legislativa do Paraná, e nós esperamos que com essa nossa iniciativa os Deputados do Paraná tomem conhecimento do absurdo que em gestões do Governo Estadual anteriores se fizeram ao entregar de mão beijada a TELEPAR ao Governo Federal. Ao contrário do que o Governo do Sul fez, pois pressionado pelo Ministério das Comunicações e pela TELEBRÁS, conseguiu negociar inteligentemente e hoje tem a empresa telefônica de comunicações do Rio Grande do Sul. Embora com a participação acionária da TELEBRÁS é detida ainda esse controle pelo Governo do Rio Grande do Sul. No Paraná não é essa a situação. Embora não seja o enfoque principal dessa nossa intervenção nesta tarde, eu acredito que o caso SERCOMTEL - Londrina, e esse atual, expansão dos serviços telefônicos de Londrina

medida já decidida pela Prefeitura Municipal, em fase de execução, concretamente falando, numa decisão que toda comunidade londrinense vem, enaltecendo por parte do Executivo Municipal. Vem a ter a devida atenção e a devida análise pela Assembléia Legislativa do Paraná.

Nós queremos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados comunicar que por iniciativa da Bancada interpartidária de Londrina, com a participação dos Deputados Fiori Luiz, Homero Oguido e Antônio Belinati, estamos providenciando um requerimento, expediente ao Ex.^{mo} Sr. Ministro das Comunicações, solicitando a atenção especial à atual situação do plano de expansão de Londrina.

E tentaremos através deste requerimento, que somado às inúmeras outras formulações que a comunidade londrinense vem fazendo nestes dias ao Ministério das Comunicações e à TELEBRÁS de que se permaneça o SERCOMTEL como autarquia, uma vez que fiscalizado e acompanhado tanto pelo Ministério como pela TELEBRÁS ele já o é, pelos próprios dispositivos legais que hoje existem, tentaremos mostrar que é inútil, de nada servirá para os objetivos a que se propõe em termos de expansão e de melhoria de serviço telefônico em Londrina a sua transformação em S.A.

A não ser, evidentemente, a possibilidade de perda do controle acionário e da direção da SERCOMTEL pela municipalidade de Londrina, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, nós acreditamos que esta luta, não é nada mais nada menos do que um passo concreto na luta pela descentralização administrativa e pela descontração política que hoje o Estado brasileiro por nós é exigido.

Temos certeza que essa transformação da descentralização e da desconcentração e de uma gerência municipalista nos negócios da saúde, da educação, inclusive das telecomunicações, é evidente que respeitadas as devidas peculiaridades municipais e regionais, se insere, hoje, no quadro geral da luta da sociedade brasileira.

O nosso apelo, portanto, nesta oportunidade, é para que o assunto passe a ser analisado pela Casa, através, inclusive, das Comissões pertinentes, e que esse requerimento de autoria da Bancada interpartidária de Deputados Estaduais de Londrina, venha a ter apreciação e aprovação dos nobres Companheiros, tanto do PDS como do PMDB, nesta Assembléia.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Consulto Sua Excelência o Deputado Mário Pereira, se fará uso dos 10 minutos restantes do horário do PMDB.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados da Bancada do PDS para compor a Comissão Especial de Reforma à Constituição. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, devidamente apoiada. — Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos Srs. Deputados Trajano Bastos, Nilso Sguarezi e Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, devidamente apoiada. — Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulsos, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Iguio Setogutte, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. — À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiado, constante do expediente. — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/83, (Mensagem n.º 123/83, ex-Proposição n.º 124/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos Aditivos que revigoram os Convênios de 26/07/83, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, visando execução de obras de interesse público. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 108/83, (Mensagem n.º 128/83, e ex-Proposição n.º 128/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado em 19/08/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Assis Chateaubriand, para execução do PRONOROESTE. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/83, (Mensagem n.º 125/83, ex-Proposição n.º 126/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de 04/08/83, consubstanciado na Resolução n.º 231/83, de alteração dos Atos Constitutivos integrantes de Convênio que criou o Sistema CODESUL-BRDE, firmado pelos Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com as consequentes alterações regimentais na forma proposta. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova Redação ao Inciso III e ao § 3.º do Art. 140, da Lei n.º 6174, de 16/11/70, conforme específica. (APOSENTADORIA FUNCIONÁRIOS QUE TENHAM EXERCIDO CARGO DE DIRETORIA EM ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO). Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo, por unanimidade.**

O SR. PRESIDENTE — (Nestor Baptista) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa da matéria publicada no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "O povo quer um Presidente Civil". — **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo apoio financeiro para a Escola Luiz Deliberador, do Município de Sertãoópolis. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de ônibus direto entre os Municípios de Araruna e Engenheiro Beltrão, bem como entre o Município de Araruna aos seus distritos administrativos. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância equipada,

bem como a ampliação das instalações do posto de saúde localizado no Município de Mamborê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de recursos financeiros a serem aplicados na desapropriação de uma área existente no Distrito de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a criação e instalação de um escritório da COPASA, bem como uma unidade armazenadora, no Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um módulo policial para o Distrito de Farol, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de materiais de expediente, permanente, de limpeza e esportivo, para a Escola Espírito Santo - Ensino de 1º Grau, no Município de Fênix. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a construção de um prédio para abrigar as instalações da Agência de Rendas no Município de Juranda. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o retorno do Projeto de Lei n.º 01/84, que trata da concessão de adicionais por tempo de serviço aos membros do Ministério Público do Estado, à Ordem do Dia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de um módulo policial no Distrito de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da COPEL, encarecendo a instalação de um plantão daquela Companhia no Distrito de Corumbataí do Sul, Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Cantu, na estrada que liga Altamira a Campina da Lagoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fuad Nacli e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Administração, encarecendo a modificação do Art. 4º da Lei n.º 6794/76, que trata da incorporação das gratificações pela prestação de serviços extraordinários e tempo integral nas aposentadorias. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Londrina, parabenizando-o pela iniciativa do Projeto de Urbanização das Favelas daquele município. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, apelando no sentido de que se evite a extinção do estacionamento regulamentado nas ruas desta Capital — **ESTAR.** — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de materiais para o Ginásio Estadual Ribeiro de Campos, no Município de Goioerê. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando seja incluído na próxima Ordem do Dia, o Projeto de Lei n.º 67/84 — Mensagem Governamental n.º 28/84, que em data de 22 de março do corrente ano, foi requerido regime de urgência, mensagem essa que dispõe de uma pensão mensal ao ex-funcionário João Roque Dallabona. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Casa registra a visita do Vereador de Fênix, Sr. José Luiz Costa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 21/82, 215/83, 218/83 e 220/83, e do Projeto de Lei Complementar n.º 28/83.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 10 DE ABRIL DE 1984.

*Gazeta do Povo - 5ª pg.
Curitiba, 08 de abril de 1984.*

O POVO QUER UM PRESIDENTE CIVIL

Iberê de Mattos

Abordo hoje um assunto, ao qual sou forçado, pelos apelos constantes de leitores, mas não pode ser considerado estranho que alguém, mesmo sendo general reformado, se sinta obrigado a externar uma opinião, que coincide com um sonho do povo. Tenho sido pressionado pelos que me procuram ou telefonam, há muito tempo, com o argumento de que uma verdade incontestável não pode ser escamoteada ou não divulgada por omissão ou medo, quando recorre aos sentimentos dos brasileiros, após vinte anos de generais-presidentes.

Sei perfeitamente que me irão acusar de incoerente pelo fato de ter sido prefeito e jamais oculte a minha situação de militar e de orgulhoso de pertencer a uma coletividade que, por princípio e formação é idealista, e não tem culpa de abrigar alguns ambiciosos que dela se aproveitam para interesses pessoais. Há, entretanto, uma profunda diferença entre o meu mandato de 4 anos, com consagração pelo voto livre e direto e os 20 de arbítrio que estamos sofrendo. Foi um civil o meu sucessor e sempre lutei, desde tenente, contra o uso indevido das armas, pagas pelo povo, até com minguados cruzeiros dos carentes, para conquista do poder. Tanto não escondi a minha situação, que fui galardoado, publicamente, com o título que mais me sensibilizou em toda a minha vida de General de Legalidade.

Isso prova que o povo pode aplaudir um militar, pelo que é, como gente, e não pela força das armas. Um mandato de 4 anos, por voto direto, não envergonha envergonha ninguém, e muito menos um militar, mas a última vez em que foi respeitado o direito de votar para presidente foi em 1960, e lá se vão 24 anos. Quando em 1961 eu defendi a legalidade e continuo a defendê-la, desprezenciosamente, com meus artigos, foi justamente porque estava ciente, de que um grupo de militares estavam planejando o aproveitamento da situação de perplexidade popular, causada pela renúncia de Jânio Quadros, para implantar uma ditadura. Defendi a lei e continuarei a defendê-la porque ela sempre estará bem acima dos interesses de alguns poucos, quando democraticamente surge, isto é, com aprovação dos poderes Legislativo e Judiciário, e não através de decretos-leis num regime de arbítrio. Defendo a lei quando ela não é imposta somente pela força das armas, considerando a força do direito como o oposto ao direito da força. Esse princípio fundamental nas democracias foi desprezado durante 20 anos de governos autoritários, que não tiveram a coragem de tentar sua legitimação pelo voto direto e secreto, através de um plebiscito, por exemplo.

Um plebiscito seria o caminho natural de um governo que quisesse saber se está sendo rejudiado ou aplaudido. Um plebiscito, agora, demonstraria que 90 por cento do povo brasileiro deseja eleições diretas e está cansado de tantas imposições, feitas com a ameaça de intervenção das Forças Armadas. Digo isso com a convicção de que os militares, numa proporção não inferior a 80 por cento, não querem mais ser considerados como donos do poder e com a co-responsabilidade pelos erros de governos incompetentes e impopulares. Eles pensam assim porque não estão mais dispostos a ficarem com a fama de opressores, enquanto um grupo de algumas dezenas de aproveitadores se locupletam, usando a dignidade das Forças Armadas como escudo de seus mesquinhos interesses.

Não somos uma republiqueta, como Nova Guiné ou Camarões, que nos últimos dias foram vítimas de golpes militares. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde existem as mais poderosas forças armadas do mundo ocidental, nunca se cogitou de golpe militar. O último militar eleito pelo povo foi Eisenhower, mas conquistou a posição de presidente por ser considerado um herói nacional da Segunda Guerra Mundial. Por acaso tivemos

algum herói no poder? Muitas vezes ou quase sempre o povo foi surpreendido com a nomeação de um presidente completamente desconhecido e imposto pelo poder da força. O que ouço diariamente me obriga a afirmar, até com algum constrangimento, que o povo quer um civil na Presidência, sem que isto possa significar qualquer forma de desrespeito as Forças Armadas, mas cá para nós, está mesmo na hora”.

Correspondência para: Av. Munhoz da Rocha, 263, Curitiba — Tel. 252-3536.

Ata de Comissão:

CPI PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e oitenta e quatro, as 09:30 horas, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito que visa apurar possíveis irregularidades cometidas por órgãos da Administração Pública do Estado do Paraná, sob a presidência do Sr. Deputado Rubens Bueno. Contando com a presença dos Srs. Deputados Márcio Almeida, Fiori Luiz, Adhail Sprenger Passos, Dirceu Manfrinato, Sabino e Nilso Sguarezi. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente reunião, convocando o Secretário para fazer a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. O Sr. Presidente comunica o recebimento dos seguintes ofícios de números: 390/84, 1407/83, 364/84, 202/83, 146/83, 1413/83, 1396/83, 450/83, 009/84 e ofícios da Rádio Cultural de Curitiba Ltda., e Fundação Champagnat. Na sequência, o Sr. Presidente disse também dos ofícios expedidos por esta CPI, que levam os números que se seguem: 099/83 a 101/83, 104/83 a 110/83, e 112/83 a 116/83. Em seguida, o Sr. Presidente esclareceu aos membros desta Comissão, sobre o resultado de investigações oficiais realizadas junto à Rádio Cultura de Curitiba e Rádio Paraná, referente a denúncia pessoal feita por um membro desta CPI, Deputado Deputado Nestor Baptista. Na sequência o Sr. Presidente disse haver aceitado a solicitação do Sr. Boanerges de Menezes Caldas pedindo seu desligamento das funções de Secretário desta Comissão, e que, a Casa já designou um novo Secretário, o Sr. Ayrton Alves Aranha. No referente à mudança do Dr. Santos Lima para o Estado do Rio de Janeiro e sua ausência na Assessoria desta Comissão, o Sr. Presidente lamentou o fato dizendo que oficiaria à Procuradoria Geral da Justiça, para que esta designe um novo Promotor de Justiça para assessoramento desta CPI. Deixando a palavra livre antes de entrar na distribuição da documentação recebida pelo IPE e do Tribunal de Contas, dela fizeram uso os Srs. Deputados Nilso Sguarezi, para dizer que nesta fase dos trabalhos, já temos condições de imprimir uma dinâmica condizente com a experiência adquirida e que, num prazo médio, surjam conclusões concretas. Sugeriu ainda, que o material disponível fosse colocado à disposição dos Deputados Membros, para que os resultados possam ser divulgados. Sugestão acatada pela presidência, foi noticiado ao Deputado que no momento vários membros desta CPI, que são relatores parciais, receberão desta Presidência material pertinente, recém recebida por esta CPI, e lembrou também o Sr. Presidente que atualmente só temos dois processos, o do IPE e o do Tribunal de Contas, que hoje será distribuído. O Deputado Adhail Sprenger Passos, disse na oportunidade, que está relatando assuntos referentes à FUNDEPAR e também da

Secretaria de Estado da Cultura e Esportes. Propôs então, trazer na próxima reunião, o roteiro da Secretaria, deixando o da FUNDEPAR para reunião futura. Quanto à BANESTADO Reflorestadora, este Deputado, após tecer comentários sobre as denúncias veiculadas na imprensa e apresentadas no plenário desta Casa, solicitou a inclusão na Ordem do Dia do assunto, para que a CPI se pronuncie. O Sr. Presidente justificou a ausência do Deputado Paulo Furiatti, dizendo que a matéria referente ao Tribunal de Contas, já em poder desta CPI, encontra-se à disposição deste e dos demais membros. Quando o Deputado Nilso Sguarezi disse que visto a iniciativa do Deputado Paulo Furiatti, a este a matéria deve ser remetida. O Sr. Presidente solicitou à Secretaria que tomasse as providências necessárias. O Deputado Márcio Almeida solicita que a matéria referente ao IPE fique sob sua responsabilidade, dizendo também da possibilidade de trazer na próxima reunião um roteiro de investigações. O Deputado Adhail Sprenger Passos disse da necessidade de um Promotor para colaborar com a Comissão e o Sr. Presidente frisou que a dificuldade é maior quanto à apresentação do relatório onde esta necessidade de assessoramento é maior. O Deputado Fiori Luiz questionou a Presidência quanto ao andamento dos trabalhos já encaminhados por esta CPI. O Sr. Presidente enumerou-os dizendo quais os Deputados e encargos por estes assumidos, dizendo estar entregando agora, documentação ao Deputado Paulo Furiatti. O Deputado Adhail Sprenger Passos colocou a questão das Secretarias que não remeteram a documentação solicitada pela CPI. A Presidência respondeu dizendo haver solicitado a documentação a todos os órgãos constantes da relação, quando da instalação desta CPI, e que estas solicitações foram reiteradas. Respondendo ao Deputado Fiori Luiz, o Sr. Presidente disse estar a cargo do Deputado Sabino Campos a questão BADEP, propondo na oportunidade que este Deputado elaborasse um roteiro. Pela Presidência foi colocada a questão da extinção do cargo de Relator Geral desta CPI sob a orientação do PDS, declarando vago pelo não comparecimento desta bancada. Focando o caso pelo mesmo prisma legal, disse o Sr. Presidente nada haver em contrário. Foi proposto pela presidência, que para cada assunto houvesse um relator parcial com um auxiliar. Colocada em votação a matéria foi aprovada. O presidente colocou a palavra livre em relação à questão BANESTADO, visto estar na pauta, a proposta de denúncia do Deputado Adhail Sprenger Passos. O Deputado Nilso Sguarezi, esclareceu na oportunidade, que a BANESTADO Reflorestadora não está encoberta pelo sigilo bancário e que a esta seja feito o pedido de informações. O Deputado Adhail Sprenger Passos solicitou fosse oficiado ao Presidente da BANESTADO Reflorestadora seu comparecimento na próxima reunião, para esclarecimentos. Assim sendo, o Sr. Presidente esclareceu que ao tomar esta providência em

relação à BANESTADO Reflorestadora, não exclui o BANESTADO como um todo, como constava da proposta inicial da CPI. O Presidente esclareceu que por solicitação do Plenário já havia uma lista de nove testemunhas a serem ouvidas na questão em tela, e se estas seriam também ouvidas; quando o Deputado Adhail Sprenger Passos esclareceu que estas ficariam para ocasião futura, quando seria feita a devida triagem. O Deputado Fiori Luiz em aparte, falou da prioridade que se estava dando ao caso BANESTADO Reflorestadora, quanto em relação a outros casos iniciados e não prosseguidos, como EMOPAR, Secretaria de Planejamento, BADEP, BANESTADO, SUREHMA, Secretaria de Segurança, TECPAR, SANEPAR, COPEL, PARANATUR, Imprensa Oficial e PROMOPAR. A presidência concordou com a colocação, dizendo que não estava acontecendo uma prioridade e que não haveria prejuízo dos demais processos, com esta deliberação. O Deputado Adhail Sprenger Passos disse então que o trabalho em relação aos processos colocados antes, não tiveram seu desdobramento, visto a falta de documentos. O Deputado Márcio Almeida sugeriu que fosse dado um prazo limite para a apresentação dos documentos solicitados, para que a CPI não interrompa o andamento dos trabalhos. O Sr. Presidente abordou a questão, dizendo que os meios para obtenção destes documentos, tanto os legais, os oficiais e os oficiosos, já estavam esgotados, e que a proposta do Deputado Márcio Almeida estava à disposição dos demais membros. Aceitando as propostas do Deputado Márcio Almeida e Adhail Sprenger Passos, foi estipulado um prazo limite para o envio da documentação a esta CPI, prazo este delimitado ao final do mês de abril. Discutida a matéria, com intervenções dos Deputados Adhail Sprenger Passos, Nilso Sguarezi e Fiori Luiz, foi aprovado o prazo solicitado, 30 de abril. Após a deliberação o Deputado Nilso Sguarezi disse da ouvida do Presidente da BANESTADO Reflorestadora ser pertinente, por tratar-se de um único depoimento. O Deputado Adhail Sprenger Passos reafirmou as palavras do Deputado que o antecedeu e que na próxima reunião seria aprovado roteiro, propôs também a convocação do depoente em questão. O Sr. Presidente acatou a proposta anunciando esta medida para a próxima reunião, dia 12, às 09:00 horas. Em sua fala final o Sr. Presidente esclareceu aos Deputados presentes quanto às ausências e que tomaria as providências, de acordo com o Regimento Interno. Providências estas necessárias para que esta CPI não venha sofrer solução de descontinuidade. Nada mais havendo a ser deliberado o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, mandado lavrar a presente Ata que lida e achada conforme, vai assinada por mim, Ayrton Alves Aranha, Secretário da Comissão e pelo Sr. Presidente, Deputado Rubens Bueno, para que se publique e produza os efeitos legais.

(aa) Deputado RUBENS BUENO — Presidente
Ayrton Alves Aranha — Secretário